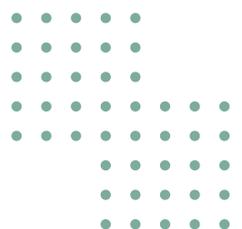




REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - RILC

Instrumento Normativo aprovado por meio de
Resolução nº 06/2024, em 19/11/2024.



SUMÁRIO

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	3
TÍTULO II CONTRATAÇÃO DIRETA	6
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	6
Seção I Da justificativa do Processo de Compra Direta	7
Seção II Das fases do Processo de Compra Direta	7
Seção III Procedimentos Administrativos	9
Seção IV Disputa de preços	10
Seção V Acompanhamento e Controle	10
CAPÍTULO II DISPENSA DE LICITAÇÃO	11
CAPÍTULO III INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	13
TÍTULO III CADASTRO DE FORNECEDORES	14
TÍTULO IV PROCEDIMENTOS DE LICITAÇÃO	14
CAPÍTULO I DO RITO DA LICITAÇÃO	14
CAPÍTULO II DA FASE INTERNA	15
Seção I Dos Atos Preparatórios	15
Seção II Do Responsável pela Condução da Licitação	15
Seção III Do Orçamento	17
Seção IV Do Instrumento Convocatório	17
Seção V Da Publicação	19
CAPÍTULO III DA FASE EXTERNA	20
Seção I Disposições Gerais	20
Seção II Da Apresentação de Propostas ou Lances	20
Subseção I Disposições Gerais	20
Subseção II Modo de Disputa Aberto	20
Subseção III Modo de Disputa Fechado	21
Subseção IV Combinação dos Modos de Disputa	22
Seção III Do Julgamento das Propostas	22
Subseção I Disposições Gerais	22
Subseção II Menor Preço ou Maior Desconto	23
Subseção III Técnica e Preço	23
Subseção IV Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico	24
Subseção V Maior Oferta de Preços	24
Subseção VI Maior Retorno Econômico	25
Subseção VII Preferência e Desempate	25

Subseção VIII Análise e Classificação de Proposta.....	26
Subseção IX Da Negociação	27
Seção IV Da Habilitação	27
Seção V Da Adjudicação e Homologação	28
Seção VI Da Revogação e da Anulação da Licitação e do Contrato	28
Seção VII Da Participação em Consórcio.....	28
Seção VIII Dos Esclarecimentos e das Impugnações ao Edital.....	30
Seção IX Dos Recursos	30
TÍTULO V REGRAS ESPECÍFICAS DE CONTRATAÇÃO.....	31
CAPÍTULO I DAS NORMAS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.	31
CAPÍTULO II DAS NORMAS PARA SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE BENS.....	34
CAPÍTULO III DA ALIENAÇÃO DE BENS	34
CAPÍTULO IV DOS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E DE COMUNICAÇÃO....	35
CAPÍTULO V DOS PROCEDIMENTOS AUXILIARES DAS LICITAÇÕES.....	38
Seção I Do Sistema de Registro de Preços	39
Seção II Catálogo Eletrônico.....	42
CAPÍTULO VI DOS CONTRATOS.....	42
Seção I Da Formalização dos Contratos.....	42
Seção II Das Garantias.....	44
Seção III Da Vigência	45
Seção IV Da Alteração dos Contratos	45
Seção V Da Gestão e Fiscalização.....	46
Seção VI Do Recebimento do Objeto.....	47
Seção VII Da Rescisão dos Contratos	48
Seção VIII Das Sanções Administrativas	49
Seção IX Do Processo para Aplicação de Sanções.....	50
TÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS	51
ANEXO I GLOSSÁRIO TÉCNICO.....	52

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regulamento tem por objetivo definir e disciplinar o procedimento das licitações e contratações de serviços, inclusive de engenharia e publicidade, aquisição, locação, alienação de bens e execução de obras, bem como a administração de contratos no âmbito da COMUR, nos termos do art. 40 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Parágrafo único. Aplicam-se às licitações e contratos realizados pela COMUR as disposições da Lei nº 13.303/2016 (Estatuto das Estatais), da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), da Lei Complementar nº 123/06 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), da Lei nº 14.133/2021 (Lei Geral de Licitações), no que se refere ao procedimento do pregão eletrônico e o artigo 178, do Decreto Municipal nº 10.652/2023, na forma do art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 12.232/2010 (Contratação de serviços de publicidade), bem como das legislações correlatas e das normas internas da Companhia.

Art. 2º As contratações serão precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses de contratação direta previstas no §3º do artigo 28, nos artigos 29 e 30 da Lei 13.303/2016 e disciplinadas neste Regulamento Interno.

Art. 3º As licitações realizadas e os contratos celebrados destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade, do julgamento objetivo, razoabilidade, da proporcionalidade e da celeridade.

Art. 4º As contratações e aquisições realizadas pela COMUR, tanto nos casos de licitações, quanto nas hipóteses de compras diretas, serão precedidas de Termo de Referência, documento hábil a identificar e justificar a sua necessidade, e bem definir o objeto correspondente, observadas as seguintes diretrizes:

I - a elaboração do Termo de Referência é de responsabilidade do setor de compras, a partir da requisição clara e específica do objeto realizada pelo setor requisitante.

§1º Caberá ao setor requisitante a indicação detalhada do objeto a ser contrato ou adquirido, evitando-se, tanto quanto possível, menções genéricas para sua caracterização.

§2º Caso verificada a imprecisão do objeto a ser contrato ou adquirido na requisição, o setor de compras poderá demandar alterações ou complementações ao setor requisitante.

II - o Termo de Referência deve descrever o objeto de forma precisa, suficiente e clara, sendo vedados detalhamentos desnecessários que possam limitar a competitividade ou direcionar a contratação.

III - a indicação de marca específica é vedada, exceto para fins de referência ou quando suas características forem indispensáveis para atender às necessidades da empresa, conforme justificado pelo setor requisitante;

IV - o Termo de Referência pode ser incluído na solicitação de compra, quando uma descrição resumida do bem ou serviço for suficiente, ou ser um documento anexo;

V – o setor de compras manterá disponível ao requisitante, minutas de Termos de Referência para compra de bens e contratações de serviços com cláusulas gerais pré-aprovado pelo setor jurídico;

VI – são informações essenciais que devem constar no Termo de Referência:

a) objeto, de forma clara e definida, contendo suas especificações, bem como a necessidade de apresentação de amostras, se for caso;

b) justificativa da contratação;

c) forma de adjudicação do objeto, quando se tratar de bem divisível, a adjudicação será por item, excepcionalmente sendo admitida a adjudicação por lote, mediante justificativa;

d) prazos de execução do serviço ou entrega dos bens;

e) cronograma físico-financeiro, se aplicável;

f) prazo de vigência do contrato, se aplicável, devidamente justificado;

g) exigência e condições de prestação de garantia ou validade do objeto, se aplicável;

h) encargos das partes - contratado e contratante;

i) condições de recebimento dos bens ou serviços;

j) indicação do gestor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto;

k) sanções por inadimplemento.

VII - nos casos de fornecimento de bens e serviços de caráter contínuo, incumbe ao Supervisor de Fiscalização de Contratos consultar a área requisitante responsável pela contratação sobre seu interesse na continuidade do mesmo, devendo ser remetido o Termo de Referência e a respectiva solicitação de compra/contratação ao setor de compras no prazo mínimo de 3 (três) meses de antecedência da data prevista para a extinção do contrato vigente.

Art. 5º Nas licitações e contratos de que trata este Regulamento serão observadas as seguintes diretrizes:

I- padronização do objeto da contratação, dos instrumentos convocatórios e das minutas de contratos, de acordo com normas internas específicas;

II - busca da maior vantagem competitiva para a COMUR, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

III- parcelamento do objeto, visando a ampliação na participação de licitantes, sem perda de economia de escala, e desde que respeitados os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 16;

IV - adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão, observadas as normas procedimentais da fase externa instituídas pela Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado;

§1º As licitações e os contratos disciplinados por esta Regulamentação devem respeitar, especialmente, as normas relativas à:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela COMUR;

IV - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

§2º A contratação a ser celebrada pela COMUR da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pelo Diretor Geral, na forma da legislação aplicável.

§3º Obrigam-se os contratados a:

a) cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e fiscal;

b) não utilizar, de qualquer forma, de trabalho infantil ou escravo;

c) adotar boas práticas de preservação ambiental.

Art. 6º Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela COMUR a empresa:

I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social da interessada seja diretor, ocupante de cargo em comissão ou empregado da COMUR;

II - suspensa pela COMUR;

III - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pelo Municípios, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

Parágrafo único. Aplica-se a vedação prevista no caput:

I - à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) dirigente da COMUR;

b) empregado da COMUR cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) autoridade do município de Novo Hamburgo.

III - empresa, cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com COMUR há menos de 6 (seis) meses.

TÍTULO II

CONTRATAÇÃO DIRETA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º Podem ser realizadas contratações diretas, desde que atendam os procedimentos previstos neste Regulamento e as hipóteses previstas no §3º do artigo 28 e nos artigos 29 e 30 da Lei 13.303/2016.

Art. 8º A contratação direta mencionada no artigo anterior será realizada por meio eletrônico, podendo ser excepcionalmente realizada de forma presencial, desde que as peculiaridades do caso sejam justificadas pela Chefia de Compras e anuídas pela Gerência Administrativa-Financeira.

Art. 9º Para cada contratação direta haverá um único procedimento administrativo, denominado Processo de Compra Direta (“PCD”), que deve ser autuado pelo responsável pelo setor de compras da COMUR, adjudicado e homologado pela Diretoria Executiva.

§1º Todos os documentos relativos ao processo de contratação direta devem constar no procedimento administrativo, respeitada a ordem cronológica de acontecimentos dos fatos, de forma a manter o histórico dos atos praticados, e observados os seguintes preceitos:

I - numeração sequencial e rubrica em todas as folhas pelo responsável pela autuação, nos casos em que ainda não adotado o formato eletrônico;

II - o desentranhamento de documentos somente será admitido mediante decisão fundamentada quando o documento pertencer a outro PCD, não sendo admitido, em hipótese alguma, a exclusão de documentos;

III - eventuais correções posteriores não autorizam a exclusão de documentos, sendo que, em caso de retificação, a versão antiga e corrigida do documento, acompanhada da motivação da retificação, deve ser mantida no processo.

§2º A elaboração e guarda do procedimento administrativo será de competência da Chefia de Compras.

Seção I

Da justificativa do Processo de Compra Direta

Art. 10. A solicitação de compra ou contratação de serviços deve ser elaborada pelo setor requisitante, demonstrando as razões de fato e fundamentam a necessidade dos produtos ou serviços a serem contratados.

§1º A justificativa deve destacar os benefícios a serem alcançados pela contratação e mostrar, nos casos de emergência e inexigibilidade, cujos motivos sejam conhecidos no momento da requisição, que a compra direta é a melhor ou única solução para atender às necessidades da empresa.

§2º Na hipótese de contratação direta prevista no inciso II, do *caput* do Artigo 30, da Lei 13.303, o Termo de Referência deve caracterizar, de forma motivada, a singularidade do serviço técnico especializado e a notória especialização que se deseja do futuro contratado.

Seção II

Das fases do Processo de Compra Direta

Art. 11. Exceto quando se tratar de cotação eletrônica de preços através de portal específico na *internet*, o Processo de Compra Direta deve observar as seguintes fases:

I - solicitação de compra com justificativa;

II - descrição detalhada do objeto, observado o art. 4º deste Regulamento;

III - emissão da requisição no sistema informatizado da COMUR e autorização, no prazo de dois dias úteis, para início da contratação por parte da Diretoria Executiva ou responsável por delegação;

IV - pesquisa de preços, preferencialmente, através do Portal de Compras do Governo Federal, ou, quando justificado, diretamente entre fornecedores, para fixar o valor estimado da contratação, sendo necessária a justificativa nos casos em que a pesquisa de preço se mostre inviável, e obedecidas as seguintes diretrizes:

a) para bens e serviços comuns, o prazo para apresentação de orçamento será de cinco dias úteis;

b) para bens e serviços de média complexidade, o prazo para apresentação de orçamento será de oito dias úteis;

c) para bens e serviços de alta complexidade, o prazo para apresentação de orçamento será de dez dias úteis;

d) caberá ao gestor de compras definir a complexidade da contratação;

e) o prazo de validade dos orçamentos será de, no mínimo, trinta dias, contados da apresentação do orçamento;

V - proposta de orçamentos;

VI - fase de disputa de preços, se aplicável;

VII - verificação dos requisitos de habilitação, a partir da análise da regularidade das certidões fiscais negativas e outras restrições à contratação, observado o §2º deste artigo;

VIII - elaboração do mapa de julgamento e indicação da proposta mais vantajosa, com identificação do responsável pela elaboração;

IX - decisão do gestor do Setor de Compras contendo o valor da contratação, a identificação do fornecedor e a justificativa legal da dispensa ou inexigibilidade;

X - revisão de integridade e parecer prévio da assessoria da diretoria sobre conveniência e oportunidade da contratação, ressaltando a necessidade da aquisição e a utilidade para o desenvolvimento dos serviços da COMUR, no prazo de dois dias úteis;

XI - parecer jurídico, a ser emitido no prazo de até três dias úteis, que será dispensado nas compras e contratações cujo valor seja inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

XII - decisão da Diretoria;

XIII - emissão da nota de empenho;

XIV - comunicação ao fornecedor pelo setor de compras;

XV - assinatura de contrato administrativo ou da nota de empenho substitutiva, quando dispensada a confecção do primeiro;

XVI - registro da contratação no *Licitacon*, publicidade legal e arquivamento do processo de compra direta.

Parágrafo único. Admite-se a celebração de contrato de adesão disponibilizado pelo contratado, nas seguintes condições:

I - seja prática usual à modalidade do objeto contratado em decorrência de operações massivas do fornecedor;

II - o contrato de adesão tenha prévio registro em Cartório de Títulos e Documentos

III - que esteja demonstrado o caráter imprescindível do objeto contratual a ser executado e tal medida seja indispensável para a formalização da contratação, desde que não haja cláusulas prejudiciais aos interesses da COMUR.

IV - que o contratado firme contrato administrativo complementar com a COMUR, o qual conterá as cláusulas especiais inerentes à Administração Pública, prevendo que as demais regras da contratação sejam objeto do contrato de adesão apresentado.

Seção III

Procedimentos Administrativos

Art. 12. As pesquisas de preços realizadas diretamente com os fornecedores, para formação do valor estimado da contratação, e as propostas de orçamentos podem ser obtidas por aplicativo de mensagens instantâneas, correio eletrônico, ou presencialmente, sempre utilizando as contas e sistemas mantidos pela COMUR, vedado o uso de e-mail ou número de telefone pessoal e observado ainda o seguinte:

I - o conteúdo da solicitação deverá ser composto por texto padronizado e idêntico direcionado a todos os fornecedores;

II - os pedidos de preço e orçamento deverão, preferencialmente, ser enviados de forma simultânea (listas de envio), de forma a impedir vantagens de qualquer espécie;

III - a comprovação dos pedidos referidos no item anterior deverá integrar o processo de compra direta.

§1º Os responsáveis pelos processos de compras deverão empregar conduta ativa na busca satisfativa dos pedidos referidos no caput, especialmente no caso de correios eletrônicos encaminhados e para os quais não houve retorno algum.

§2º Nos casos em que houver a opção fundamentada pela formação do valor estimado através de orçamentos, os processos de compra direta deverão incluir, no mínimo, 3 (três) orçamentos válidos provenientes de fornecedores distintos, observando as seguintes disposições:

I - não serão considerados válidos os orçamentos que não atendam aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência;

II - no caso de o Termo de Referência contemplar itens distintos não agrupados em lotes, a exigência de 3 (três) orçamentos se aplicará a cada um desses itens;

III - o requisito de apresentação de 3 (três) orçamentos deve ser considerado como uma garantia mínima de referência, não cabendo, quando se tratar de bem ou serviço comum com evidente diversidade de fornecedores locais, utilizar o requisito como justificativa para não buscar outras opções de fornecedores;

IV - nos casos em que seja inviável ou impossível obter o número de referência de 3 (três) orçamentos, caberá justificativa da dispensa do atendimento do requisito;

V - será válido, para fins de formação do valor estimado da contratação, a obtenção de preço por meio de pesquisas realizadas por órgãos oficiais ou de anúncios de venda divulgados em meios de comunicação, desde que de forma complementar.

Seção IV

Disputa de preços

Art. 13. Na hipótese de contratação cujo preço de referência seja superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), será obrigatória uma fase de disputa de preços, com vistas a propiciar concorrência e a obtenção de ofertas mais vantajosas, podendo ser dispensada pela Chefia do Compras, no caso de o dano em razão do transcurso do tempo ser maior que a eventual economia a ser obtida, especialmente na hipótese de compras emergenciais.

§1º Finalizada a fase de apresentação de orçamentos, as empresas que enviaram proposta comercial serão comunicadas do valor obtido como proposta mais vantajosa, sendo concedido o prazo de 1 (um) dia útil, para que apresentem novo lance.

§2º O prazo para apresentação do lance poderá ser prorrogado, a critério da Chefia do Compras.

§3º Deverá ser fixado intervalo mínimo para formulação de lances, a fim de proporcionar a busca efetiva da proposta mais vantajosa.

§4º Havendo a apresentação de dois ou mais lances, na forma do §1º, o responsável pelo Processo de Compra Direta fica obrigado a repetir o procedimento do *caput* e dos artigos anteriores, até que se fixe a proposta mais vantajosa, salvo motivo devidamente justificado nos autos do processo.

Seção V

Acompanhamento e Controle

Art. 14. O setor de compras será responsável por acompanhar todo o Processo de Compra Direta até a efetiva contratação, cabendo ao Supervisor de Fiscalização de Contratos, através das informações repassadas pelo Gestor de Contrato, garantir o cumprimento dos prazos, a qualidade dos produtos ou serviços adquiridos e a conformidade com as políticas e normas internas e externas.

§1º O setor de compras deverá elaborar controle de itens e serviços contratados por processo de compra direta, classificando-os por categoria e modalidade, de forma que seja possível identificar o total de valores gastos por item e por categoria, conforme estabelecido pela Lei nº 13.303/16.

§2º A planilha deve conter o número do processo, a base legal da contratação, a totalização de valores individuais e por categoria e o nome do fornecedor. Esse relatório deve ser atualizado regularmente e entregue à assessoria da Diretoria a cada período de 4 meses.

CAPÍTULO II

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Art. 15. A COMUR é dispensada da observância das regras de licitações nas seguintes situações:

I - comercialização, prestação ou execução, de forma direta, pela COMUR, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados com seu objeto social;

II - nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares, vinculada à oportunidades de negócio definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo.

§1º Consideram-se oportunidades de negócio a que se refere o inciso II a formação e a extinção de parcerias e outras formas associativas, societárias ou contratuais, a aquisição e a alienação de participação em sociedades e outras formas associativas, societárias ou contratuais e as operações realizadas no âmbito do mercado de capitais, respeitada a regulação pelo respectivo órgão competente.

§2º A oportunidade de negócio deverá estar associada às atividades empresariais da COMUR, e não às atividades-meio.

§3º A inviabilidade do procedimento competitivo referida no inciso II não induz, por si só, inviabilidade de competição, devendo a escolha do parceiro estar relacionada a atributos objetivos e específicos do negócio que justifiquem a sua escolha.

Art. 16. É dispensável a licitação nas seguintes hipóteses:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II - para outros serviços e compras de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos neste Regulamento, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;

III - quando não acudirem interessados à licitação anterior e essa, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a COMUR, desde que mantidas as condições preestabelecidas;

IV - quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

V - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento de suas finalidades precípuas, quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a escolha do imóvel, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

VI - na contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições do contrato encerrado por rescisão ou distrato, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

VII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;

VIII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

IX - na contratação de associação de pessoas com deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

X - na contratação de concessionário, permissionário ou autorizado para fornecimento ou suprimento de energia elétrica ou gás natural e de outras prestadoras de serviço público, segundo as normas da legislação específica, desde que o objeto do contrato tenha pertinência com o serviço público;

XI - nas contratações entre a COMUR e suas respectivas subsidiárias, para aquisição ou alienação de bens e prestação ou obtenção de serviços, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado e que o objeto do contrato tenha relação com a atividade da contratada prevista em seu estatuto social;

XII - na contratação de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda que tenham como ocupação econômica a coleta de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;

XIII - para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pelo Diretor Geral da COMUR;

XIV - nas contratações visando ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os princípios gerais de contratação dela constantes;

XV - em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos, observado o disposto no § 2º;

XVI - na transferência de bens a órgãos e entidades da administração pública, inclusive quando efetivada mediante permuta;

XVII - na doação de bens móveis para fins e usos de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica relativamente à escolha de outra forma de alienação;

XVIII - na compra e venda de ações, de títulos de crédito e de dívida e de bens que produzam ou comercializem;

§1º Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do inciso VI do caput, a COMUR poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório.

§2º A contratação direta com base no inciso XV do caput não dispensará a responsabilização de quem, por ação ou omissão, tenha dado causa ao motivo ali descrito, inclusive no tocante ao disposto na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

§3º Os valores definidos nos incisos I e II do caput serão atualizados anualmente, considerando a correção monetária do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, por meio de Ordem de Serviço emitida pela Diretoria da COMUR, refletindo a variação de custos para o exercício seguinte, com vigência a partir de 1º de janeiro. Para a atualização do valor do Inciso I, será utilizado o Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC), e, para o valor do Inciso II, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A atualização deverá ser divulgada no sítio eletrônico da Companhia.

§4º É vedada a prorrogação de contratos firmados com fundamento nos incisos I e II, do Artigo 29, da Lei 13.303, nas hipóteses em que os valores contratados, somados todos os períodos de vigência contratual, ultrapassar ou vir a ultrapassar os limites estabelecidos nos incisos I e II do caput, devidamente atualizados.

CAPÍTULO III

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Art. 17. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;

II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

- a)** estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
- b)** pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c)** assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d)** fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e)** patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f)** treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

§1º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§2º Na hipótese do caput e em quaisquer dos casos de dispensa, se comprovado, pelo órgão de controle externo, sobrepreço ou superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado quem houver decidido pela contratação direta e o fornecedor ou o prestador de serviços.

TÍTULO III

CADASTRO DE FORNECEDORES

Art. 18. A COMUR poderá manter registros cadastrais para efeito de habilitação e acompanhamento de desempenho de fornecedores de acordo com condições e requisitos divulgados em edital ou portal eletrônico.

Parágrafo único. Os documentos de habilitação de fornecedores com registro cadastral ativo poderão ser substituídos, nos Processos de Compra Direta, por certidão de regularidade emitida pelo responsável por conduzir o procedimento da compra.

Art. 19. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro da inscrita que deixar de satisfazer às exigências estabelecidas para o cadastro.

TÍTULO IV

PROCEDIMENTOS DE LICITAÇÃO

CAPÍTULO I

DO RITO DA LICITAÇÃO

Art. 20. As licitações obedecerão a seguinte sequência de fases, nesta ordem:

I - preparação;

II - divulgação;

III - apresentação de lances ou propostas, conforme o modo de disputa adotado;

IV - julgamento;

V - verificação de efetividade dos lances ou propostas;

VI - negociação;

VII - habilitação;

XIII- interposição de recursos;

IX - adjudicação do objeto;

X - homologação do resultado ou revogação do procedimento.

Parágrafo único. A fase de que trata o inciso VII do *caput* poderá, excepcionalmente, anteceder as referidas nos incisos III a VI do *caput*, desde que expressamente previsto no instrumento convocatório e justificado no âmbito do procedimento administrativo.

CAPÍTULO II DA FASE INTERNA

Seção I Dos Atos Preparatórios

Art. 21. Na fase interna ou preparatória serão praticados os atos administrativos destinados à definição do objeto, elaboração do anteprojeto, projeto básico, termo de referência ou projeto executivo, orçamento, bem como os requisitos de habilitação e contratação, e conterão, no mínimo, conforme o caso, os seguintes elementos:

I – requisição do setor interessado;

II- justificativa da contratação;

III - estudo técnico preliminar (ETP);

IV- termo de referência, conforme requisitos do art. 4º deste Regulamento;

V - planilhas de custos;

VI - autorização de abertura da licitação;

VII - portaria de designação do pregoeiro e equipe de apoio;

VIII - parecer jurídico, que será dispensado nas hipóteses de utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados e aprovados pelo departamento jurídico;

IX - edital e respectivos anexos, quando for o caso;

X - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

Seção II Do Responsável pela Condução da Licitação

Art. 22. As licitações serão processadas e julgadas por Pregoeiro, auxiliado, quando for o caso, de equipe de apoio ou Comissão Permanente ou Especialde Licitação, conforme o caso, formalmente designados pela instância competente.

§1º As comissões de licitação serão compostas por, no mínimo, três membros, efetivos ou ocupantes de cargo em comissão.

§2º Os membros da Comissão Permanente de Licitação serão, em sua maioria, empregados efetivos da COMUR e serão designados pela Diretoria Executiva por meio de Portaria, que também indicará um dos membros para exercer a função de Presidente da Comissão.

§3º Os membros da Comissão de Licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver registrada na ata da reunião em que adotada a decisão.

§4º Nas licitações para contratação de serviços de publicidade, será observado o disposto no Título V, Capítulo IV.

§5º É vedada a nomeação de cargo em comissão para atuar como Pregoeiro/Presidente da Comissão de Licitação.

Art. 23. Competem à Comissão de Licitação e ao Pregoeiro:

I - elaborar edital, processar licitações, receber e responder pedidos de esclarecimentos, receber e decidir impugnações contra o instrumento convocatório;

II - receber, examinar e julgar as propostas conforme requisitos e critérios estabelecidos no instrumento convocatório;

III - desclassificar propostas nas hipóteses previstas no instrumento convocatório;

IV - receber e examinar os documentos de habilitação, de acordo com os requisitos no Instrumento Convocatório;

V - receber os recursos, apreciar sua admissibilidade e encaminhá-los à instância competente, na hipótese de não se reconsiderar a decisão;

VI - dar ciência aos interessados das decisões adotadas nos procedimentos;

VII - encaminhar os autos da licitação à instância competente para homologação da licitação;

VIII - convocar o licitante vencedor para a assinatura do contrato;

VIX - propor à instância competente a revogação ou a anulação da licitação;

X - propor à instância competente a aplicação de sanções.

§1º É facultado à Comissão de Licitação e ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que entender necessárias.

§2º É facultado à Comissão de Licitação e ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, desde que não haja prejuízo à formulação de propostas, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

Seção III

Do Orçamento

Art. 24. O orçamento previamente estimado para a contratação será sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

§1º Mediante justificativa apresentada na fase de preparação, o orçamento estimado da licitação poderá ser divulgado.

§2º O orçamento estimado constará no instrumento convocatório, na hipótese em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto.

§3º No caso de julgamento por melhor técnica, o valor do prêmio ou da remuneração será incluído no instrumento convocatório.

§4º O orçamento estimado, ainda que tenha caráter sigiloso, estará disponível permanentemente aos órgãos de controle interno e externo.

Art. 25. A pesquisa de preços para formação do orçamento estimado observará, no que couber, o disposto no artigo 12 deste Regulamento, e especialmente:

Parágrafo único. será realizada através do Portal de Compras do Governo Federal e com base em preços praticados por outros entes, sendo necessária a justificativa nos casos em que a pesquisa de preço se mostre inviável.

Art. 26. O orçamento de referência do custo global de obras e serviços de engenharia será obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), no caso de construção civil em geral, ou no Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), no caso de obras e serviços rodoviários, devendo ser observadas as peculiaridades geográficas.

Parágrafo único. No caso de inviabilidade da definição dos custos consoante o disposto no caput, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal, em publicações técnicas especializadas, em banco de dados e sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

Seção IV

Do Instrumento Convocatório

Art. 27. O instrumento convocatório definirá, no mínimo:

- I** - o objeto da licitação, mediante descrição sucinta e clara;
- II** - a forma de realização da licitação;

- III - a data de abertura do certame;
- IV - o modo de disputa, aberto, fechado ou a combinação de ambos, quando o objeto da licitação puder ser parcelado, nos termos do art. 52, Lei 13.303/2016;
- V - os prazos e meios para apresentação de pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos, nos termos do arts. 66 a 71 deste Regulamento;
- VI - os critérios de classificação para cada etapa da disputa e as regras para apresentação de propostas e de lances;
- VII - os requisitos de conformidade das propostas;
- VIII - os critérios de julgamento e de desempate, nos termos dos arts. 43 a o 57 deste Regulamento;
- IX - os requisitos de habilitação, respeitados os parâmetros do art. 61 deste Regulamento;
- X - a exigência, quando for o caso:
 - a) de marca ou modelo, nos termos do art. 72, I, deste Regulamento;
 - b) de amostra, nos termos do art. 72, II, deste Regulamento;
 - c) de certificação de qualidade do produto ou do processo de fabricação, nos termos do art. 72, III, e parágrafo único deste Regulamento.
- XI - o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;
- XII - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso;
- XIII - o prazo de vigência contratual e, se for o caso, o prazo de execução do objeto;
- XIV - os prazos e condições para o recebimento do objeto da licitação;
- XV - as formas, condições e prazos de pagamento, bem como o critério de reajuste, quando for o caso;
- XVI - a exigência de garantias, nos termos do art. 113 deste Regulamento, quando for o caso;
- XVII - os critérios objetivos de avaliação do desempenho da Contratada, bem como os requisitos da remuneração variável, quando for o caso;
- XVIII - a possibilidade ou não de subcontratação e suas regras;
- XIX - as sanções;
- XX - a permissão de participação de empresas em consórcio, na forma deste Regulamento;
- XXI - outras indicações específicas da licitação.

Parágrafo único. Integram o instrumento convocatório, como anexos, além de outros que se fizerem necessários:

- I - o Termo de Referência, o Anteprojeto, o Projeto Básico ou Executivo, conforme o caso;
- II - a minuta do contrato ou da ata;
- III - os esclarecimentos, as especificações complementares e as normas de execução, quando for o caso;

- IV - as declarações sobre a inexistência dos impedimentos constantes deste Regulamento;
- V - a declaração de compromisso de comunicar fato impeditivo superveniente;
- VI - a declaração de que não utiliza trabalho escravo ou infantil, ressalvado o caso de empregar menores como aprendizes.

Seção V

Da Publicação

Art. 28. Os avisos contendo os resumos dos editais de licitação e contratos serão previamente publicados no Diário Oficial do Município de Novo Hamburgo.

§1º Os prazos de publicidade dos editais contam-se do dia seguinte, ao da publicação no Diário Oficial, incluindo-se o dia do vencimento.

§2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste RILC, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, bem como considerar-se-ão dias úteis.

§3º Os prazos se iniciarão e vencerão exclusivamente em dias úteis de expediente, desconsiderando-se os feriados e recessos praticados pela COMUR, no âmbito de sua sede, localizada em Novo Hamburgo/RS.

Art. 29. Os procedimentos licitatórios, a pré-qualificação e os contratos disciplinados por este Regulamento serão divulgados em portal específico mantido pela COMUR na *internet*.

Art. 30. Devem ser observados os seguintes prazos mínimos para apresentação de propostas ou lances, contados a partir da publicação do instrumento convocatório:

I - para aquisição de bens:

a) 5 (cinco) dias úteis, quando adotado como critério de julgamento o menor preço ou o maior desconto;

b) 10 (dez) dias úteis, nas demais hipóteses;

II - para contratação de obras e serviços:

a) 15 (quinze) dias úteis, quando adotado como critério de julgamento o menor preço ou maior desconto;

b) 30 (trinta) dias úteis, nas demais hipóteses;

III - no mínimo 45 (quarenta e cinco) dias úteis para licitação em que se adote como critério de julgamento a melhor técnica ou a melhor combinação de técnica e preço, bem como para licitação em que haja contratação semi-integrada ou integrada.

Parágrafo único. As modificações promovidas no instrumento convocatório serão objeto de divulgação nos mesmos termos e prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

CAPÍTULO III DA FASE EXTERNA

Seção I Disposições Gerais

Art. 31. As licitações regidas pela Lei 13.303, de 2016, observarão as disposições deste Capítulo.

Art. 32. As licitações pela modalidade Pregão serão regidas, quanto a sua fase externa, pela Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 33. A fase externa tem início com a divulgação do instrumento convocatório, que será publicado de acordo com o disposto nos arts. 28 a 30 deste Regulamento.

Art. 34. Após a publicação do instrumento convocatório, inicia-se a fase de apresentação de propostas ou lances, conforme o modo de disputa adotado.

Art. 35. As licitações deverão ser realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica.

Seção II Da Apresentação de Propostas ou Lances

Subseção I Disposições Gerais

Art. 36. As licitações poderão adotar os modos de disputa aberto, fechado ou a combinação de ambos.

Art. 37. A Comissão de Licitação ou o Pregoeiro verificará a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório quanto ao objeto e ao preço.

Parágrafo único. Serão imediatamente desclassificados, mediante decisão motivada, os licitantes cujas propostas não estejam em conformidade com os requisitos previstos no edital do certame.

Subseção II Modo de Disputa Aberto

Art. 38. No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, conforme o critério de julgamento adotado.

Art. 39. Poderão ser admitidos:

I - a apresentação de lances intermediários;

II - o reinício da disputa aberta, após a definição do melhor lance, para definição das demais colocações, quando existir diferença de pelo menos 10% (dez por cento) entre o melhor lance e o subsequente.

Parágrafo único. Consideram-se intermediários os lances:

I - iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o julgamento pelo critério da maior oferta;

II - iguais ou superiores ao menor já ofertado, quando adotados os demais critérios de julgamento;

III - o instrumento convocatório poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

Art. 40. Caso a licitação, no modo de disputa aberto, seja realizada sob a forma presencial, serão adotados, adicionalmente, os seguintes procedimentos:

I - as propostas iniciais serão classificadas conforme o critério de julgamento estabelecido no instrumento convocatório, seja por valor (menor ou maior) ou outro critério de vantajosidade permitido pela legislação aplicável, como melhor técnica ou técnica e preço, respeitando-se as especificidades de cada contratação;

II - a Comissão de Licitação ou o Pregoeiro convidará os licitantes, individual e sucessivamente, a apresentarem lances verbais, a partir do autor da proposta menos vantajosa, seguido dos demais;

III - a desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado, implicará sua exclusão da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas, exceto no caso de ser o detentor da melhor proposta, hipótese em que poderá apresentar novos lances sempre que esta for coberta;

Subseção III

Modo de Disputa Fechado

Art. 41. No modo de disputa fechado, as propostas apresentadas pelos licitantes serão sigilosas até a data e a hora designadas para que sejam divulgadas.

Parágrafo único. No caso de licitação presencial, as propostas deverão ser apresentadas em envelopes lacrados, abertos em sessão pública e ordenadas conforme o critério de julgamento estabelecido no instrumento convocatório, seja por valor (menor ou maior) ou outro critério de vantajosidade permitido pela legislação aplicável, como melhor técnica ou técnica e preço, respeitando-se as especificidades de cada contratação.

Subseção IV

Combinação dos Modos de Disputa

Art. 42. A combinação dos modos de disputa aberto e fechado poderá ser realizada no caso de parcelamento do objeto, quando da adoção de licitação por itens ou por lotes.

Seção III

Do Julgamento das Propostas

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 43. Para efeito de julgamento das propostas, poderão ser utilizados os seguintes critérios:

I - menor preço;

II - maior desconto;

III - melhor combinação de técnica e preço;

IV - melhor técnica;

V - melhor conteúdo artístico;

VI - maior oferta de preço;

VII - maior retorno econômico;

VIII - melhor destinação dos bens alienados.

§1º O julgamento das propostas observará os parâmetros definidos no instrumento convocatório, sendo vedado computar vantagens ali não previstas.

§2º Os critérios de julgamento poderão ser combinados na hipótese de parcelamento do objeto.

§3º Na hipótese de adoção dos critérios referidos nos incisos III, IV, V e VII do caput deste artigo, o julgamento das propostas será efetivado mediante o emprego de parâmetros específicos, definidos no instrumento convocatório, destinados a limitar a subjetividade do julgamento.

§4º O critério de julgamento de menor preço é preferencial, devendo a opção por outro critério de julgamento ser justificada na fase interna da licitação.

Subseção II

Menor Preço ou Maior Desconto

Art. 44. O critério de julgamento pelo menor preço ou maior desconto considerará o menor dispêndio para a COMUR, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no instrumento convocatório.

Parágrafo único. Os custos indiretos, relacionados às despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação, impacto ambiental, frete, entre outros fatores, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme parâmetros definidos no instrumento convocatório.

Art. 45. No critério de julgamento por maior desconto:

I - será adotado como referência o preço global fixado no instrumento convocatório, estendendo-se o desconto oferecido na proposta vencedora a eventuais termos aditivos;

II - no caso de obras e serviços de engenharia, o desconto incidirá de forma linear sobre a totalidade dos itens constantes do orçamento estimado, que deverá obrigatoriamente integrar o instrumento convocatório.

Subseção III

Técnica e Preço

Art. 46. O critério de julgamento de técnica e preço poderá ser utilizado, em especial, nas licitações destinadas a contratar objeto:

I - de natureza predominantemente intelectual ou de inovação tecnológica ou técnica; ou

II - que possa ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias de domínio restrito no mercado, pontuando-se as vantagens e qualidades oferecidas para cada produto ou solução.

Parágrafo único. Será escolhido o critério de julgamento a que se refere o caput quando a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no instrumento convocatório forem relevantes aos fins pretendidos.

Art. 47. No julgamento pelo critério de técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e de preço apresentadas pelos licitantes, segundo fatores de ponderação objetivos previstos no instrumento convocatório.

§1º O fator de ponderação mais relevante será limitado a 70% (setenta por cento).

§2º Poderão ser utilizados parâmetros de sustentabilidade ambiental para a pontuação das propostas técnicas.

§3º O instrumento convocatório estabelecerá pontuação mínima para as propostas técnicas, cujo não atingimento implicará desclassificação da proposta.

Subseção IV

Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico

Art. 48. O critério de julgamento pela melhor técnica ou conteúdo artístico poderá ser utilizado para a contratação de projetos e trabalhos de natureza técnica, científica ou artística, incluídos os projetos arquitetônicos e excluídos os projetos de engenharia.

Art. 49. O critério de julgamento pela melhor técnica ou pelo melhor conteúdo artístico considerará exclusivamente as propostas técnicas ou artísticas apresentadas pelos licitantes, segundo parâmetros objetivos inseridos no instrumento convocatório.

§1º O instrumento convocatório definirá o prêmio ou a remuneração que será atribuída ao vencedor.

§2º Poderão ser utilizados parâmetros de sustentabilidade ambiental para a pontuação das propostas.

§3º O instrumento convocatório poderá estabelecer pontuação mínima para as propostas, cujo não atingimento implicará desclassificação.

Art. 50. Nas licitações que adotem critério de julgamento pelo melhor conteúdo artístico, a Comissão de Licitação ou o Pregoeiro poderá ter auxílio de Comissão Especial integrada por, no mínimo, 3 (três) pessoas de reputação ilibada e notório conhecimento da matéria em exame, podendo ser ou não empregados da COMUR.

Parágrafo único. Os membros da comissão especial a que se refere o caput responderão por todos os atos praticados, salvo se posição individual divergente estiver registrada na ata da reunião em que adotada a decisão.

Subseção V

Maior Oferta de Preços

Art. 51. O critério de julgamento pela maior oferta de preço será utilizado no caso de contratos dos quais resultem receita para a COMUR.

§1º Quando utilizado o critério desta seção, poderá ser dispensado o cumprimento dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira.

§2º Poderá ser requisito de habilitação a comprovação do recolhimento de quantia a título de adiantamento, cujo valor estará definido no instrumento convocatório.

§3º Na hipótese do § 2º, reverterá a favor da COMUR o valor de quantia eventualmente exigida no instrumento convocatório a título de adiantamento, caso o licitante não efetue o restante do pagamento devido no prazo para tanto estipulado.

Art. 52. Os bens e direitos a serem licitados pelo critério maior oferta de preço serão previamente avaliados para a fixação de valor mínimo de arrematação.

Art. 53. O instrumento convocatório definirá a forma e prazo de pagamento e estabelecerá as condições de entrega do bem ao arrematante.

Subseção VI

Maior Retorno Econômico

Art. 54. No critério maior retorno econômico, os lances ou as propostas terão o objetivo de proporcionar economia à COMUR, por meio da redução de suas despesas correntes, remunerando-se o licitante vencedor com base em percentual da economia de recursos gerada.

§1º O instrumento convocatório deverá prever parâmetros objetivos de mensuração da economia gerada com a execução do contrato, que servirá de base de cálculo da remuneração devida ao contratado.

§2º Para efeito de julgamento da proposta, o retorno econômico é o resultado da economia que se estima gerar com a execução da proposta de trabalho, deduzida a proposta de preço.

Art. 55. Nas licitações que adotem o critério de julgamento pelo maior retorno econômico, os licitantes apresentarão:

I - proposta de trabalho, que deverá contemplar:

- a) as obras, serviços ou bens, com respectivos prazos de realização ou fornecimento; e
- b) a economia que se estima gerar, expressa em unidade de medida associada à obra, bem ou serviço e expressa em unidade monetária; e

II - proposta de preço, que corresponderá a um percentual sobre a economia que se estima gerar durante determinado período, expressa em unidade monetária.

§1º Quando não for gerada a economia prevista no lance ou proposta, a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida será descontada da remuneração do contratado.

§2º Se a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida for superior à remuneração do contratado, serão aplicadas as sanções previstas no contrato.

Subseção VII

Preferência e Desempate

Art. 56. Em caso de empate entre propostas serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate:

I - disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;

III - os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e sucessivamente, os critérios previstos no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021;

IV - sorteio.

§1º O sorteio será feito em ato público, mediante prévia comunicação formaldo dia, hora e local, conforme definido no instrumento convocatório.

§2º Realizada a licitação em portal eletrônico, o sorteio será realizado por meio da própria ferramenta eletrônica.

§3º Para efeito de avaliação do desempenho contratual prévio, o sistema objetivo de que trata o inciso II considerará os registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas neste Regulamento e/ou atestados de capacidade técnica, compatíveis com o objeto licitado, emitidos por entes de direito público interno em nome da licitante, a ser definido no edital.

Art. 57. Aplicam-se às licitações os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, referentes à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Subseção VIII

Análise e Classificação de Proposta

Art. 58. Após o encerramento da fase de apresentação de propostas, a Comissão de Licitação ou Pregoeiro classificará as propostas por ordem decrescente de vantajosidade.

Art. 59. Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daquelas que:

I - contenham vícios insanáveis;

II - descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

III - apresentem preços manifestamente inexequíveis;

IV - se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação, mesmo após a negociação prevista no art. 60 deste Regulamento;

V - não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigida;

VI - apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível o seu saneamento antes da adjudicação do objeto, resguardado o tratamento isonômico entre os licitantes.

§1º Poderão ser realizadas diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, na forma do inciso V do caput.

§2º Na hipótese de que trata o §1º, o licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários.

§3º Nas licitações de obras e serviços de engenharia, a economicidade da proposta será aferida com base nos custos globais e unitários, considerando-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

I - média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado; ou

II - valor do orçamento estimado.

§4º Para os demais objetos, para efeito de avaliação da exequibilidade ou de sobrepreço, deverão ser estabelecidos critérios de aceitabilidade de preços que considerem o preço global, os quantitativos e os preços unitários, assim definidos no instrumento convocatório.

Subseção IX

Da Negociação

Art. 60. Será realizada negociação, com vistas a obter condições mais vantajosas, com o licitante que apresentou a melhor proposta ou lance válidos.

§1º Quando o preço do primeiro colocado permanecer acima do orçamento estimado este será desclassificado e será realizada negociação com os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação.

§2º Se, após a negociação com os demais licitantes, conforme mencionado no § 1º, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, a licitação será revogada.

Seção IV

Da Habilitação

Art. 61. A habilitação será apreciada exclusivamente a partir dos seguintes parâmetros:

I - exigência da apresentação de documentos aptos a comprovar a possibilidade da aquisição de direitos e da contração de obrigações por parte do licitante;

II - qualificação técnica, restrita a parcelas do objeto técnica ou economicamente relevantes, de acordo com parâmetros estabelecidos de forma expressa no instrumento convocatório;

III - capacidade econômica e financeira;

IV - recolhimento de quantia a título de adiantamento, tratando-se de licitações em que se utilize como critério de julgamento a maior oferta de preço.

Seção V

Da Adjudicação e Homologação

Art. 62. Concluída a habilitação ou a verificação da efetividade da proposta, quando houver a inversão de fases, exaurida a fase recursal, o objeto deverá ser adjudicado pela Comissão de Licitação ou pelo Pregoeiro e a licitação homologada pelo Diretor-Geral, salvo nas hipóteses previstas nos arts. 63 e 64 deste Regulamento.

Parágrafo único. A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor do licitante vencedor.

Seção VI

Da Revogação e da Anulação da Licitação e do Contrato

Art. 63. A revogação da licitação poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - restar fracassada a licitação;

II - não comparecimento do licitante vencedor para assinar o contrato, salvo na hipótese prevista no art. 109, §2º, I deste Regulamento; e

III - por razões de interesse da COMUR decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável.

Art. 64. A anulação da licitação ocorrerá quando houver ilegalidade, salvo se for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.

§1º A anulação a que se refere o caput dar-se-á de ofício ou por provocação de terceiro.

§2º A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, observado o §3º deste artigo.

§3º A nulidade da licitação induz à do contrato.

§4º Depois de iniciada a fase de apresentação de lances ou propostas, referida no art. 23, III, deste Regulamento, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de se conceder aos licitantes prazo para que manifestem interesse em contestar o respectivo ato, a fim de lhes assegurar o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

§5º O disposto no caput e nos §1º a 4º deste artigo aplica-se, no que couber, aos atos por meio dos quais se determine a contratação direta.

Seção VII

Da Participação em Consórcio

Art. 65. Quando permitida a participação na licitação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, deverão ser apresentadas as seguintes condições no âmbito da habilitação:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, contendo, no mínimo:

- a) as empresas participantes, o nome, o objeto, a duração e o endereço do consórcio;
- b) indicação da pessoa jurídica líder do consórcio, responsável por sua representação perante a COMUR, seu respectivo representante legal, que deverá atender às condições de liderança fixadas no instrumento convocatório;
- c) as obrigações de cada consorciado;
- d) a forma como o consórcio será administrado e como deve ser a divisão da remuneração entre os consorciados;
- e) responsabilidade solidária dos consorciados pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

II - apresentação dos documentos exigidos no instrumento convocatório quanto a cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos apresentados por cada um;

III - comprovação de qualificação econômico-financeira, mediante:

- a) acréscimo de no mínimo 10% e no máximo 30% sobre o valor exigido de licitante individual para habilitação para o consórcio; e
- b) demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos requisitos contábeis definidos no instrumento convocatório.

IV - ausência de impedimento de participação de consorciado, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente.

§1º O instrumento convocatório conterà exigência de que conste cláusula de responsabilidade solidária:

I - no compromisso de constituição de consórcio a ser firmado pelos licitantes; e

II - no contrato a ser celebrado pelo consórcio vencedor.

§2º O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do *caput*.

§3º A substituição de consorciado deverá ser justificada pela empresa e expressamente autorizada pela COMUR, condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possua, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

§4º O instrumento convocatório poderá, no interesse do COMUR, fixar a quantidade máxima de pessoas jurídicas organizadas por consórcio.

§5º O edital poderá exigir que o consórcio vencedor da licitação se constitua em sociedade de propósitos específicos, desde que verificada e justificada a necessidade na fase interna do procedimento licitatório.

§6º É vedado a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

§7º O acréscimo previsto na alínea “a” do inciso III do caput não será aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

Seção VIII

Dos Esclarecimentos e das Impugnações ao Edital

Art. 66. A Comissão de Licitação ou o Pregoeiro receberá os pedidos de esclarecimento e impugnações ao edital em até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Art. 67. A prestação de esclarecimentos e o julgamento das impugnações dar-se-ão em até 3 (três) dias úteis de seu recebimento.

Parágrafo único. Em razão da complexidade do pedido de esclarecimento ou impugnação apresentada, poderá ser suspensa a abertura do certame.

Seção IX

Dos Recursos

Art. 68. Salvo no caso de inversão de fases, o procedimento licitatório terá fase recursal única, aberta após a declaração do licitante vencedor e abrangendo o ato de julgamento da habilitação, além daqueles praticados em decorrência do julgamento das propostas ou lances e da verificação da sua efetividade.

§1º Na hipótese de inversão de fases, as etapas recursais serão abertas:

I - após a habilitação; e

II - após o encerramento da verificação da efetividade dos lances ou propostas, abrangendo os atos decorrentes do julgamento.

§2º Os recursos poderão ser apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados, conforme o caso, a partir da intimação dos atos previstos neste artigo.

Art. 69. Os licitantes que desejarem recorrer deverão manifestar intenção motivada de fazê-lo no prazo previsto em edital.

§1º A falta da manifestação de que trata o Caput importará decadência do direito ao recurso, ficando a Comissão de Licitação ou o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

§2º A ausência de motivação implicará inadmissão do recurso.

Art. 70. O prazo para a apresentação de contrarrazões será de 5 (cinco) dias úteis e começará imediatamente após o encerramento do prazo recursal, independentemente de nova intimação aos licitantes.

Art. 71. O recurso será dirigido à instância superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, que apreciará sua admissibilidade e poderá reconsiderar sua decisão no prazo

de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão do recurso ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do seu recebimento.

§1º O provimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

§2º É assegurado aos licitantes obter vista dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, ressalvadas as informações confidenciais ou protegidas por algum tipo de sigilo.

TÍTULO V

REGRAS ESPECÍFICAS DE CONTRATAÇÃO

CAPÍTULO I

DAS NORMAS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Art. 72. Os contratos destinados à execução de obras e serviços de engenharia admitirão os seguintes regimes:

I - empreitada por preço unitário, nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários;

II - empreitada por preço global, quando for possível definir previamente no projeto básico, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual;

III - contratação por tarefa, em contratações de profissionais autônomos ou de pequenas empresas para realização de serviços técnicos comuns e de curta duração;

IV - empreitada integral, nos casos em que o contratante necessite receber o empreendimento, normalmente de alta complexidade, em condição de operação imediata;

V - contratação semi-integrada, quando for possível definir previamente no projeto básico as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual, em obra ou serviço de engenharia que possa ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias;

VI - contratação integrada, quando a obra ou o serviço de engenharia for de natureza predominantemente intelectual e de inovação tecnológica do objeto licitado ou puder ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias de domínio restrito no mercado.

§1º Serão obrigatoriamente precedidas pela elaboração de projeto básico, disponível para exame de qualquer interessado, as licitações para a contratação de obras e serviços, com exceção daquelas em que for adotado o regime previsto no inciso VI do caput deste artigo.

§2º É vedada a execução, sem projeto executivo, de obras e serviços de engenharia.

§3º A elaboração do projeto executivo constituirá encargo do contratado, consoante preço previamente fixado pela COMUR.

§4º As contratações semi-integradas e integradas referidas, respectivamente, nos incisos V e VI do caput deste artigo restringir-se-ão a obras e serviços de engenharia e observarão os seguintes requisitos:

I - o instrumento convocatório deverá conter:

a) anteprojeto de engenharia, no caso de contratação integrada, com elementos técnicos que permitam a caracterização da obra ou do serviço e a elaboração e comparação, de forma isonômica, das propostas a serem ofertadas pelos particulares;

b) projeto básico, sem prejuízo do disposto no §1º;

c) documento técnico, com definição precisa das frações do empreendimento em que haverá liberdade de as contratadas inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, seja em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação, seja em termos de detalhamento dos sistemas e procedimentos construtivos previstos nessas peças técnicas;

d) matriz de riscos;

I - o valor estimado do objeto a ser licitado será calculado com base em valores de mercado, em valores pagos pela administração pública em serviços e obras similares ou em avaliação do custo global da obra, aferido mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica;

II - o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço ou de melhor combinação de técnica e preço, pontuando-se na avaliação técnica as vantagens e os benefícios que eventualmente forem oferecidos para cada produto ou solução;

III - na contratação semi-integrada, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução e de facilidade de manutenção ou operação.

§ 4º No caso dos orçamentos das contratações integradas:

I - sempre que o anteprojeto da licitação, por seus elementos mínimos, assim o permitir, as estimativas de preço devem se basear em orçamento tão detalhado quanto possível, devendo a utilização de estimativas paramétricas e a avaliação aproximada baseada em outras obras similares serem realizadas somente nas frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto da licitação, exigindo-se das contratadas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento em seus demonstrativos de formação de preços;

II - quando utilizada metodologia expedita ou paramétrica para abalizar o valor do empreendimento ou de fração dele, consideradas as disposições do inciso I, entre 2 (duas) ou mais técnicas estimativas possíveis, deve ser utilizada nas estimativas de preço-base a que viabilize a maior precisão orçamentária, exigindo-se das licitantes, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento na motivação dos respectivos preços ofertados.

§5º Nas contratações integradas ou semi-integradas, os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução de projeto básico pela contratante deverão ser alocados como de sua responsabilidade na matriz de riscos.

Art. 73. É vedada a participação direta ou indireta nas licitações para obras e serviços de engenharia de que trata este Regulamento:

I - de pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o projeto básico da licitação;

II - de pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico da licitação;

III - de pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.

§1º É permitida a participação das pessoas jurídicas e da pessoa física de que tratam os incisos II e III do caput deste artigo em licitação ou em execução de contrato, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da COMUR.

§2º Para fins do disposto no caput, considera-se participação indireta a existência de vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

§3º O disposto no § 2º deste artigo aplica-se a empregados incumbidos de levar a efeito atos e procedimentos realizados pela COMUR no curso da licitação.

Art. 74. Na contratação de obras e serviços, inclusive de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega definidos no instrumento convocatório e no contrato.

Art. 75. Mediante justificativa expressa e desde que não implique perda de economia de escala, poderá ser celebrado mais de um contrato para executar serviço de mesma natureza quando o objeto da contratação puder ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput deste artigo, será mantido controle individualizado da execução do objeto contratual relativamente a cada um dos contratados.

CAPÍTULO II

DAS NORMAS PARA SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE BENS

Art. 76. Na licitação, para aquisição de bens, é permitido:

I - indicar marca ou modelo, nas seguintes hipóteses:

- a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
- b) quando determinada marca ou modelo comercializado por mais de um fornecedor constituir o único capaz de atender o objeto do contrato;
- c) quando for necessária, para compreensão do objeto, a identificação de determinada marca ou modelo apto a servir como referência, situação em que será obrigatório o acréscimo da expressão “ou similar ou de melhor qualidade”;

II - exigir amostra na fase de julgamento de proposta;

III - solicitar a certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, por instituição previamente credenciada.

Parágrafo único. O edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, a adequação às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou a certificação da qualidade do produto por instituição credenciada pelo Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro).

Art. 77. Será dada publicidade, com periodicidade mínima semestral, em sítio eletrônico oficial na internet de acesso irrestrito, à relação das aquisições de bens efetivadas pela COMUR, compreendidas as seguintes informações:

I - identificação do bem comprado, de seu preço unitário e da quantidade adquirida;

II - nome do fornecedor;

III - valor total de cada aquisição.

CAPÍTULO III

DA ALIENAÇÃO DE BENS

Art. 78. A alienação de bens será precedida de:

I - avaliação formal do bem;

II - licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nos incisos XVI a XVIII do art. 16 deste Regulamento.

Art. 79. Estendem-se à atribuição de ônus real a bens integrantes do acervo patrimonial da COMUR as normas deste Regulamento aplicáveis à sua alienação, inclusive em relação às hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

Art. 80. O processo de alienação será realizado presencialmente ou eletronicamente, e poderão ser adotados os critérios de julgamento maior oferta ou melhor destinação de bens alienados.

§1º Na implementação do critério melhor destinação de bens alienados, será obrigatoriamente considerada, nos termos do respectivo instrumento convocatório, a repercussão, no meio social, da finalidade para cujo atendimento o bem será utilizado pelo adquirente.

§2º O descumprimento da finalidade mencionada no caput resultará na imediata restituição do bem ao acervo patrimonial da COMUR, vedado, nessa hipótese, o pagamento de indenização em favor do adquirente.

CAPÍTULO IV

DOS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E DE COMUNICAÇÃO

Art. 81. A contratação dos serviços de publicidade e comunicação observará, além das disposições deste Regulamento, as previstas na Lei 12.232, de 29 de abril de 2010, naquilo que não conflitem com as disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, sendo possível a adaptação dos procedimentos com o objetivo de compatibilizar as regras da licitação com os parâmetros definidos neste Regulamento.

Art. 82. Nas licitações destinadas à contratação de serviços de publicidade e comunicação, prestados por intermédio de agências de propaganda, serão adotados os critérios de julgamento “melhor técnica” ou “melhor combinação técnica e preço”.

Art. 83. Consideram-se serviços de publicidade e comunicação o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a venda de bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias ou informar o público em geral.

Parágrafo único. Nas contratações de serviços de publicidade e comunicação poderão ser incluídos como atividades complementares os serviços especializados pertinentes:

I - ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas;

II - à produção e à execução técnica das peças e projetos publicitários criados;

III - à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

Art. 84. Os serviços de publicidade previstos nesta Seção serão contratados em agências de propaganda cujas atividades sejam disciplinadas pela Lei 4.680, de 18 de junho de 1965, e que tenham obtido certificado de qualificação técnica de funcionamento.

Art. 85. A elaboração do instrumento convocatório das licitações previstas nesta Seção obedecerá às seguintes exigências:

I - os documentos de habilitação serão apresentados apenas pelos licitantes classificados no julgamento final das propostas;

II - as informações suficientes para que os interessados elaborem propostas serão estabelecidas em um briefing, de forma precisa, clara e objetiva;

III - a proposta técnica será composta de um plano de comunicação publicitária, pertinente às informações expressas no briefing, e de um conjunto de informações referentes ao proponente;

IV - o plano de comunicação publicitária previsto no inciso III deste artigo será apresentado em 2 (duas) vias, uma sem a identificação de sua autoria e outra com a identificação;

V - a proposta de preço conterá quesitos representativos das formas de remuneração vigentes no mercado publicitário;

VI - o julgamento das propostas melhor combinação de técnica e de preço e o julgamento final do certame serão realizados exclusivamente com base nos critérios especificados no instrumento convocatório;

VII - a Comissão de Licitação ou Pregoeiro reavaliará a pontuação atribuída a um quesito sempre que a diferença entre a maior e a menor pontuação for superior a 20% (vinte por cento) da pontuação máxima do quesito, com o fim de restabelecer o equilíbrio das pontuações atribuídas, de conformidade com os critérios objetivos postos no instrumento convocatório;

VIII - serão fixados critérios objetivos e automáticos de identificação da proposta mais vantajosa para a administração, no caso de empate na soma de pontos das propostas técnicas, nas licitações do tipo melhor técnica;

IX - o formato para apresentação pelos proponentes do plano de comunicação publicitária será padronizado quanto ao seu tamanho, a fontes tipográficas, a espaçamento de parágrafos, a quantidades e formas dos exemplos de peças e a outros aspectos pertinentes, observada a exceção prevista no inciso XI deste artigo;

X - para apresentação, pelos proponentes, do conjunto de informações de que trata o inc. III poderão ser fixados o número máximo de páginas de texto, o número de peças e trabalhos elaborados para seus clientes e as datas a partir das quais devam ter sido elaborados os trabalhos, e veiculadas, distribuídas, exibidas ou expostas as peças;

XI - na elaboração das tabelas, planilhas e gráficos integrantes do plano de mídia e não mídia, os proponentes poderão utilizar as fontes tipográficas que julgarem mais adequadas para sua apresentação;

XII - será vedada a aposição, a qualquer parte da via não identificada do plano de comunicação publicitária, de marca, sinal ou palavra que possibilite a identificação do seu proponente antes da abertura do invólucro;

XIII - será vedada a aposição ao invólucro destinado às informações de que trata o art. 86 deste Regulamento, assim como dos documentos nele contidos, de informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que identifique a autoria do plano de comunicação publicitária, em qualquer momento anterior à abertura dos invólucros de que trata o § 2º do art. 87 deste Regulamento;

XIV - será desclassificado o licitante que descumprir o disposto nos incisos XII e XIII deste artigo e demais disposições do instrumento convocatório.

Parágrafo único. Se houver desclassificação de alguma proposta técnica por descumprimento de disposições do instrumento convocatório, ainda assim, será atribuída pontuação a seus quesitos, a ser lançada em planilhas que ficarão acondicionadas em invólucro fechado e rubricado no fecho pelos membros da Comissão Técnica de Avaliação, até que expirem os prazos para interposição de recursos relativos a essa fase da licitação, exceto nos casos em que o descumprimento resulte na identificação do proponente antes da abertura do invólucro da via identificada do plano de comunicação publicitária.

Art. 86. O conjunto de informações a que se refere o inciso III do art. 85 deste Regulamento será composto de quesitos destinados a avaliar a capacidade de atendimento do proponente e o nível dos trabalhos por ele realizados para seus clientes.

Art. 87. As propostas de preços serão apresentadas em 1 (um) invólucro e as propostas técnicas em 3 (três) invólucros distintos, destinados um para a via não identificada do plano de comunicação publicitária, um para a via identificada do plano de comunicação publicitária e outro para as demais informações integrantes da proposta técnica.

§1º O invólucro destinado à apresentação da via não identificada do plano de comunicação publicitária será padronizado e fornecido previamente pelo órgão ou entidade responsável pela licitação, sem nenhum tipo de identificação.

§2º A via identificada do plano de comunicação publicitária terá o mesmo teor da via não identificada, sem os exemplos de peças referentes à ideia criativa.

Art. 88. Os invólucros com as propostas técnicas e de preços serão entregues à Comissão de Licitação ou ao Pregoeiro na data, local e horário determinados no instrumento convocatório, sendo que o processamento e o julgamento da licitação obedecerão aos procedimentos estabelecidos no instrumento convocatório.

Parágrafo único. A Comissão de Licitação ou o Pregoeiro não lançará nenhum código, sinal ou marca nos invólucros padronizados nem nos documentos que compõem a via não identificada do plano de comunicação publicitária.

Art. 89. As agências contratadas deverão, durante o período de, no mínimo, 5 (cinco) anos após a extinção do contrato, manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas.

Art. 90. As despesas com publicidade e patrocínio não ultrapassarão, em cada exercício, o limite de 0,5% (cinco décimos por cento) da receita operacional bruta do exercício anterior.

§1º O limite disposto no caput poderá ser ampliado, até o limite de 2% (dois por cento) da receita bruta do exercício anterior, por proposta da diretoria da empresa pública ou da sociedade de economia mista justificada com base em parâmetros de mercado do setor específico de atuação da empresa ou da sociedade e aprovada pelo respectivo Conselho de Administração.

§2º É vedado à COMUR, em ano de eleição para cargos municipais, efetuar despesas com publicidade e patrocínio que excedam a média dos gastos nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito ou no último ano imediatamente anterior à eleição.

CAPÍTULO V DOS PROCEDIMENTOS AUXILIARES DAS LICITAÇÕES

Art. 91. São procedimentos auxiliares das licitações:

- I - pré-qualificação permanente;
- II - cadastramento;
- III - sistema de registro de preços;
- IV - catálogo eletrônico de padronização.

Art. 92. Considera-se pré-qualificação permanente o procedimento anterior à licitação destinado a identificar:

I - fornecedores que reúnam condições de habilitação exigidas para o fornecimento de bem ou a execução de serviço ou obra nos prazos, locais e condições previamente estabelecidos;

II - bens que atendam às exigências técnicas e de qualidade da administração pública.

§1º O procedimento de pré-qualificação será público e permanentemente aberto à inscrição de qualquer interessado.

§2º A COMUR poderá restringir a participação em suas licitações a fornecedores ou produtos pré-qualificados, nas condições estabelecidas em Regulamento.

§3º A pré-qualificação poderá ser efetuada nos grupos ou segmentos, segundo as especialidades dos fornecedores.

§4º A pré-qualificação poderá ser parcial ou total, contendo alguns ou todos os requisitos de habilitação ou técnicos necessários à contratação, assegurada, em qualquer hipótese, a igualdade de condições entre os concorrentes.

§5º A pré-qualificação terá validade de 1 (um) ano, no máximo, podendo ser atualizada a qualquer tempo.

§6º Na pré-qualificação aberta de produtos, poderá ser exigida a comprovação de qualidade.

§7º É obrigatória a divulgação dos produtos e dos interessados que forem pré-qualificados.

Art. 93. A COMUR poderá adotar registros cadastrais para habilitação de potenciais licitantes.

§1º Os registros cadastrais serão válidos por 1 (um) ano, no máximo, podendo ser atualizados a qualquer tempo.

§2º Os registros cadastrais serão amplamente divulgados e ficarão permanentemente abertos para a inscrição de interessados.

§3º Os inscritos serão admitidos segundo requisitos previamente divulgados.

§4º A atuação do licitante no cumprimento de obrigações assumidas será anotada no respectivo registro cadastral.

§5º A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências estabelecidas para habilitação ou para admissão cadastral.

Seção I

Do Sistema de Registro de Preços

Art. 94. O Sistema de Registro de Preços reger-se-á pela Lei nº 13.303/2016 e pelas disposições contidas nos artigos 8º e 55 a 67 do Decreto Municipal nº 10.625/2023 do Município de Novo Hamburgo.

§1º O registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - efetivação prévia de ampla pesquisa de mercado;

II - seleção de acordo com os procedimentos previstos em Regulamento;

III - desenvolvimento obrigatório de rotina de controle e atualização periódicos dos preços registrados;

IV - definição da validade do registro;

V - inclusão, na respectiva ata, do registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, assim como dos licitantes que mantiverem suas propostas originais.

§2º A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a COMUR a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

§3º A COMUR poderá aderir a atas de registros de preços de órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

§4º As aquisições ou as contratações na forma do §3º deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

Art. 95. É vedada a existência simultânea de mais de um Registro de Preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

Parágrafo único. A vedação do *caput* não inviabiliza a realização dos procedimentos para confecção de nova ata de registro de preço, com início de vigência contado do encerramento da ata atual, a fim de evitar o desabastecimento ou descontinuidade de serviço.

Art. 96. Na licitação para Registro de Preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital, sob pena de desclassificação.

Art. 97. No caso de obras e serviços de engenharia, o Sistema de Registro de Preços somente poderá ser utilizado se atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

Art. 98. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital da licitação.

§1º A convocação para assinar a Ata de Registro de Preços obedecerá à ordem de classificação na licitação correspondente.

§2º Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor.

§3º A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no Edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no Edital da licitação.

Art. 99. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, será de 12 meses, e poderá ser renovado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, até o limite legal.

§1º Compete ao Supervisor de Fiscalização de Contratos consultar o Gestor da Ata sobre o interesse na renovação do prazo, devendo essa solicitação ser encaminhada ao setor de compras com antecedência mínima de 3 (três) meses da data prevista para a extinção da ata vigente, a fim de viabilizar o levantamento dos preços praticados no mercado, nos termos do caput.

§2º No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

Art. 100. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados.

Art. 101. A Ata de Registro de Preços será cancelada pelo órgão ou entidade gerenciadora quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

III - recusar o recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

IV - não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

V - sofrer as sanções previstas neste Regulamento Interno e na Ata de Registro de Preço.

Art. 102. A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente:

I - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

II - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

III - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

Art. 103. No caso de cancelamento da Ata ou do Registro de Preço por iniciativa da COMUR, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Seção II
Catálogo Eletrônico

Art. 104. O catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras consiste em sistema informatizado, de gerenciamento centralizado, destinado a permitir a padronização dos itens a serem adquiridos pela COMUR.

Parágrafo único. O catálogo referido no caput poderá ser utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o menor preço ou o maior desconto e conterà toda a documentação e todos os procedimentos da fase interna da licitação, assim como as especificações dos respectivos objetos, conforme disposto em Regulamento.

CAPÍTULO VI
DOS CONTRATOS

Seção I
Da Formalização dos Contratos

Art. 105. Os contratos regulam-se pelas suas cláusulas, pelo disposto neste Regulamento e pelos preceitos de direito privado.

Art. 106. São cláusulas necessárias nos contratos firmados:

- I – nome das partes e seus representantes legais;
- II – o número da Requisição e do Processo de Compra Direta ou da Licitação que o originou;
- III - o objeto e seus elementos característicos;
- IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- VI - os prazos de início de cada etapa de execução, de conclusão, de entrega, de observação, quando for o caso, e de recebimento;
- VII - as garantias oferecidas para assegurar a plena execução do objeto contratual, quando exigidas;
- VIII - os direitos e as responsabilidades das partes, as tipificações das infrações e as respectivas penalidades e valores das multas;
- IX - os casos de rescisão do contrato e os mecanismos para alteração de seus termos;
- X - a vinculação ao instrumento convocatório da respectiva licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, bem como ao lance ou proposta do licitante vencedor;
- XI - a obrigação do contratado de manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;

XII - matriz de riscos.

Parágrafo único. Nos contratos decorrentes de licitações de obras ou serviços de engenharia em que tenha sido adotado o modo de disputa aberto, o contratado deverá reelaborar e apresentar à empresa pública ou à sociedade de economia mista e às suas respectivas subsidiárias, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como do detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao lance vencedor, para fins do disposto no inciso V do caput deste artigo.

Art. 107. É dispensável a redução a termo do contrato, nas pequenas despesas de pronta entrega e pagamento, de que não resultem obrigações futuras ou nos casos em que a substituição por documento equivalente seja prática de mercado.

§1º Para efeito deste artigo, constitui documento equivalente a contrato, a nota de empenho.

§2º O disposto no caput não prejudicará o registro contábil exaustivo dos valores despendidos e a exigência de recibo pela COMUR.

§3º Admite-se a celebração de contrato de adesão disponibilizado pelo contratado, nas seguintes condições:

I - seja prática usual à modalidade do objeto contratado em decorrência de operações massivas do fornecedor;

II - o contrato de adesão tenha prévio registro em Cartório de Títulos e Documentos

III - que esteja demonstrado o caráter imprescindível do objeto contratual a ser executado e tal medida seja indispensável para a formalização da contratação, desde que não haja cláusulas prejudiciais aos interesses da COMUR.

IV – que o contratado firme contrato administrativo complementar com a COMUR, o qual conterá as cláusulas especiais inerentes à Administração Pública, prevendo que as demais regras da contratação sejam objeto do contrato de adesão apresentado.

Art. 108. É permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e a obtenção de cópia autenticada de seu inteiro teor ou de qualquer de suas partes, admitida a exigência de ressarcimento dos custos, nos termos previstos na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 109. Será convocado o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o termo equivalente, observados os prazos e as condições estabelecidos, sob pena de decadência do direito à contratação.

§1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante justificativa do interessado e aceite da COMUR.

§2º Quando o interessado não atender à convocação, no prazo e nas condições estabelecidos, será facultado:

I - convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório;

II - revogar a licitação, no interesse da COMUR.

Art. 110. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à COMUR, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

Art. 111. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Parágrafo único. A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais comerciais não transfere à COMUR a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso de obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

Art. 112. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela COMUR, conforme previsto no edital do certame.

§1º A subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as exigências de qualificação técnica impostas ao licitante vencedor.

§2º É vedada a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado:

I - do procedimento licitatório do qual se originou a contratação;

II - direta ou indiretamente, da elaboração de projeto básico ou executivo.

§3º As empresas de prestação de serviços técnicos especializados deverão garantir que os integrantes de seu corpo técnico executem pessoal e diretamente as obrigações a eles imputadas, quando a respectiva relação for apresentada em procedimento licitatório ou em contratação direta.

Seção II

Das Garantias

Art. 113. Poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

§1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária.

§2º A garantia a que se refere o caput não excederá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições nele estabelecidas, ressalvado o previsto no §3º deste artigo.

§3º Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo complexidade técnica e riscos financeiros elevados, o limite de garantia previsto no §2º poderá ser elevado para até 10% (dez por cento) do valor do contrato.

§4º A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese do inciso I do §1º deste artigo.

Seção III

Da Vigência

Art.114. A duração dos contratos regidos por este Regulamento não excederá a 5 (cinco) anos, contados a partir de sua celebração, exceto:

I - para projetos contemplados no plano de negócios e investimentos da COMUR;

II - nos casos em que a pactuação por prazo superior a 5 (cinco) anos seja prática rotineira de mercado e a imposição desse prazo inviabilize ou onere excessivamente a realização do negócio.

Parágrafo único. É vedado o contrato por prazo indeterminado.

Seção IV

Da Alteração dos Contratos

Art. 115. Os contratos somente poderão ser alterados por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar.

Art. 116. Os contratos celebrados contarão com cláusula que estabeleça a possibilidade dealteração, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

I - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

II - quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por este Regulamento;

III - quando conveniente a substituição da garantia de execução;

IV - quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

V - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

VI - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

§1º O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

§2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no §1º, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

§3º Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no §1º.

§4º No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser pagos pela COMUR pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

§5º A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

§6º Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos do contratado, a COMUR deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

§7º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.

§8º Os procedimentos administrativos para a análise e aprovação de reequilíbrio econômico-financeiro e repactuação serão definidos em normativo específico, que deverá prever os elementos indispensáveis para instrução dos pedidos, incluindo a documentação comprobatória da variação de custos, as condições e prazos para requerimento, bem como os critérios e parâmetros de avaliação pela administração.

§9º É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da contratada.

Seção V

Da Gestão e Fiscalização

Art. 117. Os contratos serão controlados e fiscalizados com vistas a garantir o atendimento dos direitos e obrigações pactuados, assim como o cumprimento da legislação pertinente.

§1º Os contratos serão acompanhados e fiscalizados pelos responsáveis pelo setor vinculado ao objeto do contrato firmado ou, a seu exclusivo critério, por meio de prestadores de serviços técnicos especializados que comprovem a experiência necessária para esse fim.

§2º A COMUR designará formalmente o Supervisor de Fiscalização de Contratos.

§3º A fiscalização dos contratos será administrada por empregado efetivo da COMUR, cuja atribuição seja a verificação de conformidade da fiscalização pelos responsáveis pelo acompanhamento da execução contratual, mediante relatórios próprios preenchidos periodicamente pelos gestores.

Seção VI

Do Recebimento do Objeto

Art. 118. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo Gestor do respectivo contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por empregado efetivo, ocupante de cargo em comissão ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação fixado no edital ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, sendo que, no silêncio, tal função será desempenhada pelo Gestor do respectivo contrato;

I - em se tratando de compras ou de locação de equipamentos:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

§1º Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.

§2º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§3º O prazo a que se refere a alínea "b" do inciso I deste artigo não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital.

§4º Na hipótese de o termo circunstanciado não ser lavrado ou não for efetuada a verificação a que se refere este artigo dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

Art. 119. Poderá ser dispensado o recebimento provisório nos seguintes casos:

I - gêneros perecíveis e alimentação preparada;

II - serviços profissionais;

III - obras e serviços de valor até o previsto no art. 16, incisos I, deste Regulamento, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Parágrafo único. Nos casos deste artigo, o recebimento será feito mediante recibo.

Art. 120. Salvo disposições em contrário constantes do edital, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

Art. 121. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

Seção VII

Da Rescisão dos Contratos

Art. 122. A inexecução parcial ou total do contrato poderá ensejar a sua rescisão:

I - de forma unilateral, pela COMUR;

II - por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a COMUR e para o contratado;

III - por determinação judicial.

Art. 123. Constituem motivos, dentre outros, para a rescisão contratual:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a COMUR a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à COMUR;

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital ou no contrato;

VII - o desatendimento das determinações regulares decorrentes do acompanhamento e fiscalização do contrato pela COMUR;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução;

VIX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da fornecedora;

X - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

Parágrafo único. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Seção VIII

Das Sanções Administrativas

Art. 124. Os contratos devem conter cláusulas estabelecendo sanções administrativas para o caso de descumprimento contratual.

Art. 125. Pela inexecução total ou parcial do contrato a COMUR poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§1º As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

§2º A multa a que alude este artigo não impede que a COMUR rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Regulamento e no instrumento contratual firmado.

§3º A multa, aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontada da garantia depositada pelo contratado, quando houver.

§4º Se a multa for em valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela COMUR ou, ainda, de valores referentes a futuras aquisições.

§5º Caso não haja garantia, o valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela COMUR ou de valores referentes a futuras aquisições.

§6º Poderá, ainda, a COMUR cobrar judicialmente o valor da multa, caso não consiga fazê-lo administrativamente.

Art. 126. As sanções previstas no inciso III do art. 125 deste Regulamento poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por este Regulamento:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a COMUR em virtude de atos ilícitos praticados.

Art. 127. A COMUR deverá informar os dados relativos às sanções por elas aplicadas aos contratados, de forma a manter atualizado o cadastro de empresas inidôneas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§1º O fornecedor incluído no cadastro referido no caput não poderá disputar licitação ou participar, direta ou indiretamente, da execução de contrato.

§2º Serão excluídos do cadastro referido no caput, a qualquer tempo, fornecedores que demonstrarem a superação dos motivos que deram causa à restrição contra eles promovida.

Seção IX

Do Processo para Aplicação de Sanções

Art. 128. O processo para aplicação das sanções obedecerá às normas estabelecidas nesta Seção e na legislação vigente.

Art. 129. São fases do processo:

I - instauração de processo, com a designação do responsável que conduzirá o procedimento;

II - notificação ao interessado;

III - apresentação da defesa prévia, se do interesse do contratado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação;

IV - decisão, com notificação do interessado;

V - interposição de recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis;

VI - julgamento do Recurso, se for o caso, com notificação do interessado;

VII - anotações no registro cadastral;

VIII - arquivamento do processo.

§1º A notificação a que se refere o inciso II deverá conter a finalidade (imposição de sanção, rescisão ou ressarcimento), o fato imputado, o fundamento e o prazo para manifestação.

§2º Após a caracterização da inexecução contratual caberá ao Diretor Administrativo-Financeiro ou ao Gestor delegado por ele, negociar com o fornecedor inadimplente a solução da pendência. Caso não logre sucesso, deverá ordenar a notificação em prazo não superior a 05 (cinco) dias.

§3º No prazo de defesa prévia e de eventual recurso, o processo estará com vista franqueada ao interessado.

§4º O fornecimento de cópias é permitido mediante o recolhimento dos custos da respectiva reprodução.

§5º A aplicação de sanção ocorrerá somente após exaurido o prazo de defesa prévia ou, quando previsto no instrumento convocatório ou no contrato, após o julgamento de Recurso pela instância superior.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 130. Permanecem regidos pela legislação anterior procedimentos licitatórios e contratos iniciados ou celebrados até o a publicação deste Regulamento.

Art. 131. Nos casos de crimes em licitações e contratos administrativos regulados por este instrumento, aplicam-se cominações legais do Código Penal Brasileiro, art. 337-E ao 337-P.

Art. 132. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, ressalvados os contratos já firmados e as licitações já publicadas antes de sua vigência, que continuarão a ser regidos pelas disposições do regulamento anterior, revogado neste ato.

Novo Hamburgo, 19 de novembro de 2024.

João Alberto Antônio

Presidente - Conselho de Administração

Remi Carlos Scheffler

Secretário - Conselho Administração

ANEXO I

GLOSSÁRIO TÉCNICO

Para os fins deste Regulamento considera-se:

Adjudicação. ato pelo qual é atribuído o objeto da licitação ao licitante vencedor.

Alienação. toda transferência de domínio de bens a terceiros.

Amostra. Objeto/bem apresentado pelo licitante à COMUR, a fim de que a qualidade e as características do futuro fornecimento possam ser avaliadas ou julgadas, nos termos exigidos no edital de licitação.

Anteprojeto de engenharia. Peça técnica com todos os elementos de contornos necessários e fundamentais à elaboração do projeto básico, devendo conter minimamente os elementos constantes do artigo 42, VII, da Lei 13.303/2016.

Área de Comunicação. Unidade técnica da COMUR à qual compete, entre outras atividades, coordenar as atividades de publicidade institucional, marketing e gestão do site institucional da COMUR.

Ata de Registro de Preços. Documento com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, unidades participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas, que gera mera expectativa de direito ao signatário, não lhe conferindo nenhum direito subjetivo à contratação.

Autoridade Administrativa. Pessoa física ou colegiado responsável, dentre outras autoridades previstas neste Regulamento, por autorizar a instauração e o encerramento de licitações, julgar recursos administrativos, efetuar procedimentos auxiliares e administrativos punitivos, bem como por autorizar a abertura de processo de contratação direta e a emissão do respectivo contrato.

Bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Comissão Especial de Licitação. É o órgão colegiado composto por no mínimo 03 (três) membros, dentre eles o Presidente. Possui natureza temporária e ocorre em face da especialidade do objeto a ser licitado, extinguindo-se automaticamente com a conclusão do processo licitatório.

Comissão Permanente de Licitação – CPEL. É o órgão colegiado composto por no mínimo 03 (três) membros, sendo um deles o Presidente, com maioria de empregados pertencentes ao quadro de efetivos da COMUR, com a função de conduzir os procedimentos licitatórios da Companhia. Os membros da CPEL serão nomeados pela Autoridade Administrativa, através de Portaria, na qual indicará o prazo de seus mandatos.

Contratação semi-integrada. Contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento do projeto executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

Contratação integrada: contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem,

a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

Contratada. Pessoa natural ou jurídica que tenha celebrado contrato na condição de adquirente de direitos, prestadora de serviços, fornecedora de bens ou executora de obras.

Contratante. Pessoa natural ou jurídica que tenha celebrado contrato na condição de alienante de direitos, tomadora de serviços ou de obras ou adquirente de bens.

Contrato. Todo e qualquer ajuste firmado em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas e contrapostas, seja qual for a denominação utilizada.

Contrato de escopo. Contrato cujo objeto se traduz em uma conduta específica e definida a ser cumprida em determinado prazo.

Contrato de prestação continuada. Contrato cujas obrigações se renovam no tempo, isto é, seu objeto é executado continuamente durante toda a vigência do ajuste e não há a definição de uma única conduta específica e definida a ser cumprida em determinado prazo.

Credenciamento. É procedimento auxiliar e hipótese de inexigibilidade de licitação em razão da inviabilidade de competição, por meio da qual a COMUR convoca todos os interessados em prestar determinados serviços, para que, preenchendo os requisitos necessários, credenciem-se para executar o objeto quando convocados.

Credenciamento eletrônico. Procedimento por meio do qual o sistema eletrônico a ser utilizado para a realização da licitação outorga ao licitante interessado, ou seu representante legal, chave de identificação e senha para acesso ao sistema, necessários à formulação de propostas e à prática de todos os demais atos inerentes à licitação.

Credenciamento presencial. Procedimento no qual a COMUR, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação ou de seu Pregoeiro, outorga ao licitante ou seu representante legal, após a verificação do estrito atendimento dos requisitos previstos no edital, os poderes necessários para a formulação de propostas e a prática de todos os demais atos inerentes à licitação.

Equipe de apoio. Grupo de empregados da COMUR, oficialmente designados por ato da Autoridade Administrativa, cuja função é auxiliar o pregoeiro no desempenho de suas atividades na condução dos procedimentos licitatórios de sua competência.

Empreitada Integral. Contratação de empreendimento em sua integralidade, com todas as etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para as quais foi contratada.

Empreitada por preço global Contratação por preço certo e total.

Empreitada por preço unitário. Contratação por preço certo de unidades determinadas;

Estudo Técnico Preliminar (ETP). Documento que analisa a viabilidade técnica e a adequação de uma contratação, embasando o termo de referência ou projeto básico e

garantindo que a contratação atenda às necessidades da administração com eficiência, economia e conformidade ambiental.

Supervisor de Fiscalização de Contratos. Empregado Efetivo da COMUR, designado para coordenar e fiscalizar a execução contratual para o fim a que se destina, bem como atestar as faturas ou notas fiscais apresentadas pela Contratada.

Fiscalização do contrato. Atividade exercida de modo sistemático pelo gestor e o supervisor de fiscalização do contrato, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos. É a atividade de maior responsabilidade nos procedimentos de gestão contratual, em que o fiscal deve exercer um acompanhamento zeloso e diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a Contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade.

Fornecedor ou Contratado. Pessoa natural, jurídica ou qualquer outra entidade despersonalizada a ser contratada pela COMUR para o fornecimento de bens ou para a execução de obras ou serviços.

Gestor do Contrato. Empregado efetivo ou comissionado da COMUR, responsável por acompanhar, supervisionar e avaliar a execução do contrato, devendo agir de forma proativa e preventiva, observar o cumprimento, pela Contratada, das regras previstas no instrumento contratual, buscar os resultados esperados no ajuste, trazer benefícios e economia para a COMUR e prestar informações ao Fiscal de Contratos.

Homologação. É a confirmação de que todos os atos praticados no curso do processo licitatório estão válidos.

Instrumento Convocatório ou Edital. Instrumento de divulgação pública da existência da licitação, o qual veicula as normas que disciplinam o certame e a contratação subsequente.

Intenção de recurso. Ato no qual o licitante manifesta o intuito de apresentar razões recursais para fins de recorrer de decisões praticadas pela Comissão de Licitação ou pelo Pregoeiro.

Licitação. É um procedimento administrativo vinculado, preliminar, adotado pela COMUR, baseado em critérios objetivos e prévios, que visa selecionar, entre várias propostas, a que melhor atende ao interesse público, quando da contratação de serviços, inclusive de engenharia e de publicidade, aquisição e locação de bens, alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como a implementação de ônus real sobre tais bens.

Licitação deserta. Procedimento licitatório encerrado em razão da ausência de interessados no certame.

Licitação fracassada. Procedimento licitatório encerrado em razão da desclassificação das propostas ou lances e/ou da inabilitação de todos os participantes do certame.

Licitante: pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa de processo licitatório.

Matriz de riscos. Cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, os elementos constantes do art. 42, X, da Lei 13.303/16.

Modo de disputa aberto. Licitação, na qual os licitantes apresentam lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, conforme o critério de julgamento adotado. Indicado para licitações cujo critério de julgamento seja “menor preço”, “maior oferta de preço” ou “maior desconto”.

Modo de disputa fechado. Licitação, na qual os envelopes de propostas devem ser apresentados lacrados, devendo ser abertos em sessão pública e classificados segundo o critério de julgamento adotado. Recomendado quando a qualidade do objeto contratual e/ou a técnica for tão (ou mais) relevante quanto o preço.

Prazo de execução contratual. Prazo destinado à Contratada para a execução do objeto contratual, integrante do prazo de vigência. Afeto a contratos de escopo, em que a Contratada tem uma obrigação certa e determinada a cumprir em determinado prazo.

Prazo de vigência contratual. Prazo destinado a ambas as partes do contrato para o cumprimento de suas respectivas obrigações – À Contratada para a execução do objeto e à COMUR para posterior recebimento e pagamento do objeto contratado.

Preço de Referência ou Orçamento Estimado. Preço identificado para o bem ou serviço que se pretende contratar, após a realização de extensiva pesquisa de preços junto ao mercado e às demais fontes de informações.

Pregão. Modalidade de licitação destinada à contratação de bens e serviços comuns, assim definidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Pregoeiro. Empregado da COMUR, devidamente capacitado para exercer a atribuição, oficialmente designado por ato da Autoridade Administrativa para, dentre outras atribuições, presidir a sessão do pregão, receber, examinar e julgar os documentos habilitatórios relativos ao procedimento.

Processo de Contratação Direta. É o processo administrativo que redundará em contratação nos termos do art. 8º e seguintes deste Regulamento.

Processo Interno. É o processo administrativo que formaliza o procedimento de licitação ou de contratação direta desde a fase interna de planejamento até o encerramento do contrato, sempre com suas páginas autuadas, numeradas e rubricadas em ordem cronológica dos acontecimentos dos fatos.

Projeto Básico. Conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar a obra ou o serviço objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter minimamente os elementos constantes do artigo 42, VIII, da Lei 13.303/2016.

Projeto Executivo. Conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas técnicas pertinentes, conforme art. 42, IX da Lei 13.303/2016.

Reajuste. Espécie de reajustamento de preços de contratos destinada a recuperar os valores contratados da defasagem provocada pela inflação, efetuado pela aplicação de índices de preços oficiais gerais, específicos, setoriais, ou definidos pela COMUR, de acordo com o objeto da contratação.

Repactuação. Espécie de reajustamento de preços de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, destinada a recuperar os valores contratados, baseado em planilha analítica de custos, aos novos preços de mercado, observada a variação efetiva dos custos de execução do objeto, decorrente de Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho.

Responsável. Empregado efetivo ou ocupante de cargo em comissão designado para conduzir a licitação.

Representante Legal. Pessoa para a quem é outorgado poderes de representação nos limites do instrumento de mandato.

Revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro. Instrumento de correção de preços para garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato quando: a) sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe; b) houver a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados.

Sistema de Registro de Preços – SRP. Conjunto de procedimentos para registro formal de preços para contratações futuras pela COMUR, precedido de licitação e com prazo de validade determinado, prorrogável nos limites legais.

Serviços e fornecimentos contínuos: bens e serviços contratados pela COMUR para a manutenção de necessidades permanentes ou prolongadas.

Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra: aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que: a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços; b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos;

Setor Solicitante. Setor da COMUR responsável por identificar a necessidade de compra ou contratação e o respectivo detalhamento, formalizando por meio de Termo de Referência.

Setor Jurídico. Responsável por parecer jurídicos opinativos e pela análise jurídica prévia dos editais de licitação, das minutas dos contratos e de aditivos contratuais, bem como análise jurídica prévia dos procedimentos de contratação direta, rescisão de contratos e aplicação das sanções administrativas, ressalvados os casos previstos no Regulamento.

Sobrepçoço: situação em que os preços contratados ou orçados para a licitação são expressivamente superiores aos preços referenciais de mercado, podendo se referir ao valor unitário de um item, caso a contratação seja por preços unitários ou ao valor global do objeto, caso seja por preço global ou por empreitada.

Superfaturamento. Situação em que há dano ao patrimônio da COMUR, caracterizado, por exemplo: a) pela medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas; b) pela deficiência na execução de obras e serviços de engenharia que resulte em diminuição da qualidade, da vida útil ou da segurança; c) por alterações no orçamento

de obras e de serviços de engenharia que causem o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado; d) por outras alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a empresa pública ou a sociedade de economia mista ou reajuste irregular de preços.

Supervisor da Fiscalização de Contratos. Empregado designado para realizar a atividade contínua e periódica de fiscalização dos contratos, atas de registro de preços e outras avenças firmadas pela COMUR, obtendo informações do Gestor do contrato e analisando o cumprimento das cláusulas contratuais.

Tarefa: contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de material.

Termo de Aditamento. Instrumento de consolidação de alterações contratuais.

Termo de Apostilamento. Formalização de registros que não caracterizem alterações contratuais. A apostila pode ser utilizada nos seguintes casos (art. 81, §7º da Lei 13.303/2016): a) variação do valor previsto no contrato decorrente de reajustes ou atualizações; b) compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento.

Termo de Referência. documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter parâmetros e elementos descritivos.